



1

CRIANÇAS DEVEM SER OUVIDAS

"Os adultos não percebem. Quando é que uma criança é considerada suficientemente capacitada para contribuir e participar ativamente? Se você não lhes der a oportunidade de participar, elas não desenvolverão as habilidades.

Dê-nos uma chance cedo e veja como vamos voar."

Khairul Azri, 17 anos de idade, delegada malaia na Sessão Especial das Nações Unidas sobre a Criança.

Quando a chinesa Mingyu Liao, de 10 anos de idade, fez sua apresentação no Encontro Mundial de Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, na África do Sul, em setembro de 2002, fazia parte do grupo de três representantes da Conferência Internacional das Crianças do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas, que três meses antes havia reunido mais de 400 crianças de mais de 80 países. "Todos nós tínhamos muita coisa a dizer," relatou a menina, "mas a principal, que preocupava todos os delegados, é que a maioria dos líderes não ouve."

Ao lançar seu desafio, Mingyu Liao dividia o pódio com outras quatro crianças: Justin Friesen, do Canadá, Analiz Vergara, do Equador, e Julius Ndlovena e Tiyiselani Manganyi, ambos do país anfitrião, a África do Sul.

"Não estamos pedindo demais! Vocês disseram que este Encontro de Cúpula é sobre empreen-

der ações! Nós precisamos mais do que seus aplausos e comentários de 'muito bem' ou 'belo discurso'. Precisamos de AÇÃO."

Era impossível negar o que diziam os jovens ativistas. Com sua visão do futuro e sua paixão, motivaram delegados como outros já haviam feito na Sessão Especial das Nações Unidas sobre a Criança, em maio de 2002. "Pensem nas crianças," eles pediram. "Que tipo de mundo vocês querem para elas?"

No final, as crianças conseguiram algo que não havia sido possível alcançar pelos processos de negociação usuais dos adultos com relação à declaração final do Encontro de Cúpula. Líderes mundiais reconheceram que tinham responsabilidades não só com relação uns aos outros, mas **com relação às crianças** – uma vez que elas pediram que libertassem o mundo da pobreza, da degradação ambiental e de padrões de desenvolvimento insustentável.¹

"No espaço imenso, o que vêem os olhos destes dois garotos? Como podemos entender o que eles querem expressar? Talvez sejam suas aspirações por um futuro melhor." Nguyen Chau Thuy Trang

Em vilarejos rurais na Índia Meridional, a ONG Myrada organizou grupos de crianças da comunidade em torno de duas questões de justiça social: trabalho escravo, que força crianças a trabalhar e a enfrentar freqüentemente condições de trabalho prejudiciais, por longos períodos, para pagar dívidas contraídas por seus pais; e casamentos de crianças, que obrigam meninas de apenas 11 anos de idade a se casar e a desempenhar funções maritais prejudiciais aos seus interesses.

Diversos clubes de crianças, em diferentes comunidades, trabalharam em respeitoso diálogo com pais, outros adultos da comunidade e autoridades locais com dois objetivos: convencer alguns dos proprietários locais de terras e de fábricas a liberar as crianças da servidão, e convencer alguns dos pais de meninas prometidas em casamento a voltar atrás em sua decisão de casar suas filhas pequenas. Tiveram sucesso em ambas as tentativas.

Além disso, o projeto Myrada criou uma ‘comunidade de apoio’ em torno de questões educacionais, com líderes comunitários e autoridades locais, pais e idosos, jovens e crianças trabalhando juntos para acompanhar o absenteísmo e a evasão de estudantes por meio de tentativas de se aproximar de crianças e pais de crianças que não freqüentam a escola.

Atuando em parlamentos escolares, as crianças assumiram tarefas dentro da escola e da comunidade, e em seu entorno. Elegeram um ‘partido de oposição’ com a responsabilidade de acompanhar os planos, os compromissos, as promessas e as ações dos estudantes que já ocupavam cargos. Pelo exercício da liderança, as crianças aprenderam que eram responsáveis por aquelas que as elegeram, e que, ao assumir cargos eletivos, assumiam também compromissos e obrigações com relação ao cumprimento de promessas e responsabilidades.²

Esses são apenas dois dos muitos exemplos extraídos de diferentes contextos e diferentes culturas que demonstram que determinadas mudanças só podem ser realizadas quando se oferece a crianças e jovens a oportunidade de contribuir.

Competências para a vida

Cada geração enfrenta novos desafios – dar ouvidos à criança e às suas opiniões é um dos nossos. Este ano, o relatório *Situação Mundial da Infância* está centrado na responsabilidade dos adultos de buscar as perspectivas e as opiniões de crianças e de levá-las a sério; e na responsabilidade dos adultos de ajudar crianças e adolescentes a desenvolver suas competências para que tenham uma participação autêntica e significativa no mundo.

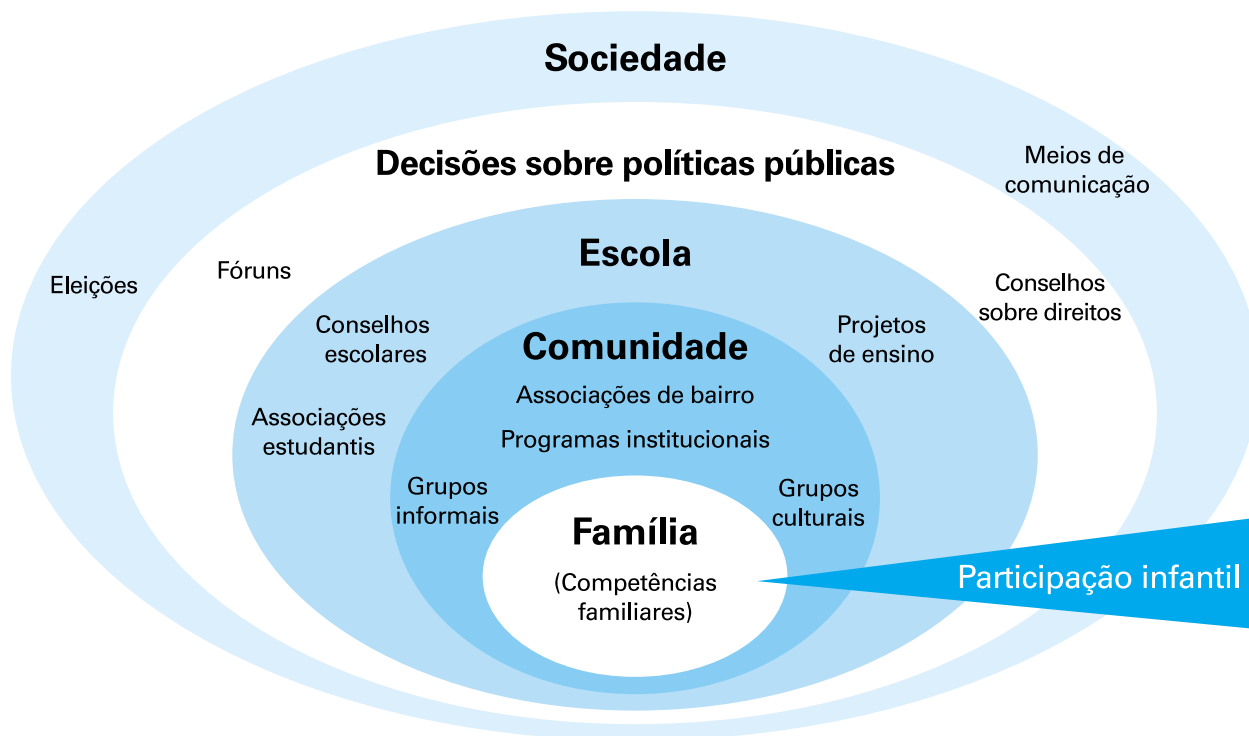
Para enfrentar esse desafio, os adultos devem desenvolver suas próprias competências. Precisamos aprender como efetivamente induzir crianças e jovens a manifestar suas opiniões, e precisamos aprender a reconhecer suas múltiplas vozes, as diversas maneiras pelas quais crianças e jovens se expressam, e como interpretar suas mensagens – verbais e não-verbais. E mais importante, devemos garantir que existam oportunidades, tempo e locais seguros para que as opiniões de crianças e jovens sejam ouvidas e consideradas devidamente. E devemos desenvolver nossa própria capacidade de responder adequadamente às mensagens e opiniões das crianças e dos jovens.

As metas do UNICEF com este relatório são:

- Chamar atenção do público para a importância, os motivos, o valor e a viabilidade da participação ativa de pessoas jovens na família, na escola, na comunidade e na vida nacional;
- Estimular Estados, organizações da sociedade civil e o setor privado a promover o envolvimento autêntico das crianças em decisões que afetam suas vidas;

FIGURA 1 PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS

À medida que a criança cresce e se desenvolve, suas oportunidades de participação ampliam-se de espaços privados para espaços públicos, e o alcance local de sua influência passa a ser global.



Adaptado do material produzido em PowerPoint por Reiko Niimi, para sua apresentação no Encontro Internacional sobre Educação para a Cidadania promovido pelo UNICEF em Salvador (Bahia), Brasil, em junho de 2002.

- Apresentar exemplos das transformações ocorridas na vida de crianças, famílias e comunidades quando as crianças tiveram a oportunidade de contribuir em questões que as afetam; e
- Desencadear ações que incluem crianças e jovens para alcançar as metas do 'Um Mundo para as Crianças' e as Metas de Desenvolvimento para o Milênio (MDGs). À medida que avançam os trabalhos nas MDGs, a melhoria das condições de vida de crianças e jovens será necessariamente o objetivo principal de todos os esforços; a participação das crianças e dos jovens estará no centro de todos os sucessos.

Participação definida

Participação é um conceito que permite muitas definições e múltiplas interpretações (*ver Destaque 2, 'Participação da criança: mito e realidade', página 16*). Na verdade, as crianças sempre participaram da vida: em casa, na escola, no trabalho, nas comunidades, em guerras. Algumas vezes voluntária e heroicamente, outras vezes à força e por meio de exploração. Cada cultura tem um herói infantil em seu panteão histórico, e os contos de fadas falam sobre crianças que fizeram diferença em seu mundo.

O que ocorre é que a infância, como constructo social, evolui juntamente com sociedades que mudam e com valores que mudam, e as crianças,

como grupo, vêm sendo gradualmente reconhecidas como pessoas com direitos e como atores sociais. Entretanto, uma vez que a marginalização ainda é uma realidade na vida da imensa maioria das crianças em todas as partes do mundo, tornaram-se essenciais os esforços estruturados para garantir sua participação e para protegê-las da exploração.

O conceito de participação é freqüentemente entendido como "o processo de compartilhamento das decisões que afetam a vida de determinada pessoa e a vida da comunidade na qual ela vive. Constitui o meio pelo qual a democracia é construída e o padrão com relação ao qual democracias devem ser avaliadas."³

Reconhecida como um fenômeno multifacetado, a participação pode incluir uma ampla variedade de atividades que diferem na forma e no estilo conforme a idade da criança: buscando informações, manifestando desejo de aprender, mesmo com muito pouca idade, estruturando opiniões, expressando idéias; participando de atividades e processos; sendo informada e consultada em tomadas de decisões; colocando em ação idéias, processos, propostas e projetos; analisando situações e fazendo escolhas; respeitando as outras pessoas e sendo tratada com dignidade.⁴

Para crianças e jovens, a meta não é simplesmente aumentar sua participação, mas otimizar suas oportunidades de participar de maneira significativa. É importante notar, porém, que por mais atraente que possa parecer a participação infantil ideal, não se trata de um 'bem gratuito', como se costuma presumir, nem traz necessariamente maior racionalidade ao projeto. A participação acarreta custos diretos e circunstanciais.

Mesmo assim, as habilidades de participação devem ser aprendidas e praticadas tendo em vista os custos que o fato de **não** facilitar a participação

impõe à sociedade no médio e no longo prazos: um mundo de adultos que não sabem como se expressar, como negociar diferenças, como se envolver em diálogos construtivos ou assumir responsabilidades por si mesmos, pela família, pela comunidade e pela sociedade.

O mais importante, porém, é o fato de a participação da criança ser uma responsabilidade e uma obrigação de todos aqueles cujas ações são orientadas pela Convenção sobre os Direitos da Criança. No contexto da Convenção, a participação vincula o ato de estimular a criança a comunicar suas opiniões sobre questões que lhe dizem respeito, e de viabilizar essa comunicação.

Colocada em prática, a participação requer que os adultos ouçam as crianças – que ouçam todas as suas múltiplas e diversificadas maneiras de se comunicar, garantindo sua liberdade de se expressar e levando em conta suas opiniões ao tomar decisões que as afetam.

O princípio de que crianças devem ser consultadas sobre questões que as afetam freqüentemente encontra resistência por parte daqueles que vêem nessa atitude uma redução da autoridade dos adultos em meio à família e à sociedade. Entretanto, ouvir as opiniões das crianças não significa simplesmente endossar seus pontos de vista. Pelo contrário, o fato de serem envolvidas no diálogo e em trocas permite que as crianças aprendam maneiras construtivas de influenciar o mundo à sua volta. O ato social de dar e receber implícito à participação estimula as crianças a assumir responsabilidades cada vez maiores como cidadãos em formação, ativos, tolerantes e democráticos.

Participação autêntica

É preciso cautela: a participação infantil pode assumir formas diversas de envolvimento, obrigações e compromissos, e nem toda participação

infantil é ativa, social, objetiva, significativa ou construtiva. Ainda que seja proposta por adultos bem intencionados, a participação de crianças muitas vezes resulta em não-participação, caso as crianças sejam manipuladas, usadas como elemento decorativo ou como símbolo (*ver 'a escada de participação'*).⁵ A participação infantil pode muito facilmente derivar no sentido de vir a ser 'centrada em adultos', pode ser imposta a crianças que não buscam a participação, ou os meios propostos para sua implementação podem ser inadequados para a idade e a capacidade da criança. Em suas piores manifestações, a participação pode ser repressiva, exploradora ou abusiva.

Em contraste, a participação infantil autêntica deve partir das próprias crianças e dos próprios jovens, deve ser formulada em seus próprios termos, em sua própria realidade e deve estar de acordo com seus próprios sonhos, opiniões, esperanças e preocupações. As crianças precisam de informações, apoio e condições favoráveis para participar adequadamente e por meios que lhes permitam aumentar sua dignidade e sua auto-estima.

Desde que ocorra em um espaço adequado, a participação autêntica tem a ver com a valorização de pessoas – crianças – em um contexto que envolve outras pessoas, e em relação a outras pessoas e ao mundo.

A participação efetiva da criança no mundo depende de diversas condições, inclusive do desenvolvimento de suas capacidades, da disponibilidade dos pais e de outros adultos para o diálogo e para aprender com as crianças, e de espaços seguros na família, na comunidade e na sociedade que permitam esse diálogo. Depende também do contexto sociocultural, econômico e político existente.

Acima de tudo, uma participação autêntica e significativa requer uma mudança radical na maneira de pensar e no comportamento dos adultos – de uma abordagem excludente para outra inclusiva com relação às crianças e suas capacidades –, de um mundo definido unicamente por adultos para outro no qual as crianças contribuam para a construção do tipo de mundo em que desejam viver.

"Se você acha que crianças não podem fazer diferença, você está muito enganado. Quem mais poderia descrever todos os males do mundo, além das crianças? As crianças devem ser ouvidas, e suas idéias e opiniões devem ser levadas em consideração. Talvez então os líderes do mundo possam pensar sobre todos os danos que estão causando ao mundo, e talvez possam apenas tentar ajudar as crianças de todas as partes do mundo."

Urška Korosek, eslovena de 16 anos de idade
Site *Vozes da Juventude*
24 de março de 2002